

LUZES E SOMBRAS DO INÍCIO DE QUINHENTOS ANOS

Vamireh Chacon

Ataques à Colonização Portuguesa e Espanhola

As denúncias contra a colonização espanhola e portuguesa começaram logo no primeiro século das descobertas. Já no século XVI, o dominicano Frei Bartolomé de Las Casas era o primeiro a comprovar e a acusar os genocídios de milhares de índios em combates e de milhões por fome e enfermidades. Espanhol de origem, Las Casas chegou a bispo no México. Seus livros, com muitas edições e traduções, tiveram grande repercussão.

O jesuíta português, criado na Bahia, Padre Antônio Vieira, a ele se uniu em outras tantas denúncias. Seus companheiros de Ordem religiosa foram ao ponto de organizar gigantescas concentrações de índios guaranis em territórios, hoje, do Paraguai, Argentina e dos chamados Sete Povos das Missões no Brasil, Rio Grande do Sul. As missões jesuítas terminaram invadidas e destruídas pelos bandeirantes, nas lutas pela fixação das fronteiras da América Portuguesa e América Espanhola. Enquanto não encontravam ouro e pedras preciosas, alguns bandeirantes escravizavam índios como fonte de lucro das suas expedições. Os espanhóis preferiam não revidar em grande escala, porque as reduções indígenas, dirigidas pelos padres jesuítas, eram uma espécie de Estado dentro do Estado.

Frei Bartolomé de Las Casas no século XVI e o Padre Antônio Vieira no século seguinte foram continuados, nas denúncias, pelo francês Padre Guillaume Raynal, no século XVIII, no seu livro *História Filosófica e Política dos Estabelecimentos e do Comércio Europeu nas duas Índias*. Obra perseguida e confiscada pelas autoridades portuguesas e espanholas nas metrópoles e nas colônias. Raynal já era um escritor iluminista, impregnado

da filosofia racionalista liberal, otimista quanto ao futuro da humanidade, às vésperas da Revolução Francesa que ele e outros tanto influenciaram.

Era o resultado de toda uma evolução intelectual e política, começada pelo capítulo XXX dos *Ensaio*s de Montaigne em pleno século XVI, ao deslumbrar-se com a visão dos primeiros índios brasileiros trazidos à Corte do Rei da França pela expedição de Nicolau Durand de Villegaignon, há pouco estabelecida na Baía da Guanabara. No palácio parisiense, numa festa à noite, os índios entraram nus, sem cerimônias, participaram das danças e, ao sentirem-se cansados, deitaram-se no chão e dormiram a sono solto... Tamanha simplicidade logo convenceu Michel Eyquem de Montaigne, um nobre de berço aristocrático, que esta simplicidade comprovava uma nobreza maior: a da intrínseca pureza de costumes do índio. O capítulo escrito a respeito por Montaigne nos *Ensaio*s, ia correr mundo, influenciando gerações seguintes.

Tomás Morus, o inglês Thomas Moore chanceler do Rei Henrique VIII da Inglaterra e decapitado por sua ordem por não aceitar seu divórcio da Rainha Catarina de Aragão e casamento com Ana Bolena, depois a primeira numa série de assassinatos de esposas, Tomás Morus repercutiu a opinião de Montaigne, acrescentando-lhe o sonho de uma sociedade comunista ideal situada num oceano não identificado, *A Utopia*, associável imaginariamente a algo tropical.

Daí em diante se multiplica o chamado mito da bondade natural do homem. Raynal contribui com denúncias contra a opressão e o massacre dos pobres índios desamparados. Rousseau culmina a teorização no seu livro *O Contrato Social* pelo qual um pacto originário uniria homens inicialmente bons, corrompidos pela sociedade. Explicação contraditória, porque os seres humanos não poderiam gerar o que já não trouxessem dentro de si, sendo a sociedade uma quantidade de homens bons. Se o mal não fosse outra parte do seu livre-arbítrio, donde poderiam trazer a maldade?

O mito da bondade natural leva Robespierre e os jacobinos da Revolução Francesa a tentarem implantar pela força a república da virtude, contra os não-virtuosos e os desvirtuados reprimíveis com violência no auge do chamado terror revolucionário. Este mito prosseguirá impregnado, tempos adiante, liberais radicais, socialista e comunistas, em choque com os conservadores e regressistas ditos também reacionários, adeptos da incorrigibilidade humana, capaz de ver-se contida pela mútua vigilância dos egoísmos, porém nunca extirpável totalmente. Pois mesmo que se satisfaçam igualmente as necessidades, elas continuariam se multiplicando.

Afonso Arinos de Melo Franco demonstrou o itinerário daquela hipótese no seu livro *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa (As Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural)*.

Ao que tudo parece indicar, a verdade não está com a utopia, nem com a antiutopia, e sim no meio-termo da liberdade humana movida por idéias, apetites, interesses e paixões equilibrando-se socialmente, com rupturas revolucionárias quando as reformas chegam tarde ou não se realizam.

No marco do Quinto Centenário da Descoberta da América por Cristóvão Colombo – início transnacional das comemorações que vão de Hernán Cortés no México a Francisco Pizarro no Peru, passando por outros tantos conquistadores pelos vários países indo-afro-ibéricos inclusive Pedro Álvares Cabral no Brasil – a ênfase estava consistindo na polêmica.

Kirkpatrick Sale, por exemplo, professor e escritor dos Estados Unidos, apresenta, no seu livro *A Conquista do Paraíso (Cristóvão Colombo e o Legado Columbiano)* – no original inglês *The Conquest of Paradise (Christopher Columbus and the Columbian Legacy)* – os que ele define como nobres selvagens opostos a selvagens europeus, outra ampliação da tese da bondade natural corrompida pela sociedade, de fora para dentro, por violenta imposição européia. Sale tenta homogeneizar, por reducionismo, as várias civilizações e culturas índias, como se não tivessem existido canibalismo em certas tribos do Brasil, sacrifícios rituais humanos e escravização dos vencidos pelos astecas, diferentemente do comunismo primitivo dos índios do Brasil e socialismo até sofisticado dos incas, tudo numa realidade muito complexa, impossível de generalização.

É como se tudo o trazido por espanhóis e portugueses se reduzisse a massacres, opressão e exploração. Pela tese de Sale, os povos permaneceriam eternamente sem contatos entre si e, quando houvessem, teriam de ser sempre pacíficos, por determinação de uma autoridade à qual ele não refere, porque nunca existiu, nem existe ainda hoje.

Defesas da Civilização Espanhola e Portuguesa

Tamanho drama histórico só pode continuar despertando polêmicas pelos séculos afora. Sentimento é uma coisa, sentimentalismo outra muito diferente. Temos de entender os contraditórios sentimentos em choque, sem cairmos em sentimentalismos.

Os conquistadores espanhóis e portugueses, que chegaram às Américas, vinham com todo o impulso da Reconquista, processo que durou cerca de trezentos anos em Portugal, mais de quatrocentos na Espanha. Os mouros foram repelidos palmo a palmo de terra pela força, em meio a periódicos revides, até saírem do Algarve e da Andaluzia, últimas regiões reocupadas. Os que ficaram, ditos moçárabes, tiveram de converter-se ao cristianismo. O mesmo se diga dos judeus, transformados em cristãos-novos, por fim expulsos ao serem redescobertos em reincidências. Sério prejuízo para as economias portuguesa e espanhola: os israelitas eram a burguesia ascendente, detinham muitas informações sobre o comércio mundial e terminaram muito úteis aos holandeses e ingleses nas suas incursões pelas Américas Portuguesa e Espanhola. A Inquisição, em sua visão tardiamente feudal, não percebeu isto e os países, por ela dominados, acabaram tendo grandes desvantagens.

É que, o “fundo do saco” da península ibérica, extremo ocidental da Europa, terminava recebendo os últimos impactos das descargas das sucessivas invasões varrendo a Europa, amalgamando populações como o martelo contra a bigorna. Os árabes haviam invadido a península pelo sul, atravessando o estreito de Gibraltar e espalhando-se rumo ao norte. Até que veio o refluxo, processo de uns setecentos anos ao todo.

O historiador espanhol Cláudio Sánchez-Albornoz mostrou como “a aspereza e a violência, coroláveis normais dos lances da Reconquista”, forjaram um povo “com nosso ímpeto bélico e nossas concepções religiosas.” Daí que, a Conquista das Américas, prolongamento da reconquista, “não foi um passo de balé; foi bárbara e brutal, mas não havia liberdade de opção.” Ademais, os portugueses provinham de lutas no norte da África, ainda contra os mouros, e na Índia onde tinham há pouco enfrentado violenta resistência dos reinos locais.

Não tem sentido julgar o passado com parâmetros do presente. Os parâmetros de outrora só foram conhecidos plenamente por quem os viveu e os que viveram estão mortos não podem se defender das acusações...

Octávio Paz, insuspeito porque mexicano e mexicano ilustre internacionalmente a ponto de receber o Prêmio Nobel de Literatura, Paz apontou o ponto fraco ideológico da civilização asteca: o básico mito que os deuses se sacrificaram para criar o mundo; portanto, a missão humana consistia em preservar esta harmonia principalmente com sacrifícios humanos, o sacrifício máximo para obtenção da maior recompensa. Assim a guerra, para

os astecas, vai além das dimensões econômica, política e militar, adquire sentido até religioso. O que deu infatigável impulso aos seus exércitos, uma tenacidade feroz capaz de liquidar mesmo os seus mais obstinados inimigos. Só não conseguiram bater os espanhóis, porque estes tinham a superioridade tecnológica da época, cavalaria e artilharia desconhecidas dos astecas, ademais temendo os invasores por conta das profecias do retorno mágico do deus Quetzcoatl para substituir Huitzilpochotli.

Imaginavam os astecas que o sangue dos inimigos massacrados fortaleceria o sol. Das investigações dos historiadores Geoffrey W. Conrad e Arthur A. Demarest, conclui-se que “era, portanto, dever sagrado emprender uma série de intermináveis guerras, conquistas e sacrifícios, como o objetivo de preservar o universo da quotidiana ameaça de aniquilamento” pelos deuses.

Conrad e Demarest descrevem, então, baseados em documentos da época, a cerimônia de consagração do grande templo asteca de Tenochtlán:

Milhares de prisioneiros, conseguidos pelas últimas vitórias, compunham quatro longas filas descendo pelas escadarias e cobriam as quatro calçadas da ilha onde estava a cidade. (...) O sacrifício prolongou-se por quatro dias e os próprios relatos mais moderados calculam em mais de dez mil as pessoas sacrificadas. (...) Os espanhóis horrorizam-se não só com as matanças em massa, também com os rituais canibalescos: depois do sacrifício, o guerreiro, que havia feito prisioneiros, dava um banquete aos amigos e suas famílias, durante os quais a carne dos membros das vítimas era servida em pratos esmerados.

Octavio Paz mostra como Cortés e companheiros imediatamente perceberam o ressentimento das tribos vencidas e escravizadas, das quais se retirava a maioria dos sacrificados ao cruel deus Huitzilpochotli. Do contrário, teria sido impossível aos espanhóis mobilizarem aliados indispensáveis para consumarem a destruição do império asteca derrotado, mas devendo ser ocupado.

No Brasil foi a mesma coisa: os portugueses logo notaram as rivalidades entre as tribos. Passaram a usar algumas contra outras e mesmo contra as tribos aliadas dos corsários franceses pirateando o litoral. Foi o que se viu, ao máximo por exemplo, nas lutas do Governador-Geral Mem de Sá para expulsar Villegaignon da Baía da Guanabara logo no primeiro século de colonização. Além disso, a maioria dos índios era antropófaga, o que dava a portugueses e franceses um sentimento de legitimidade na imposição do cristianismo. Embora o argumento religioso cedo fosse superado pelos interesses econômicos e não justifiquem represálias ainda piores.

Esta foi a base da Conquista das Américas, sangrenta como todas anteriores e posteriores em todos os continentes. Não basta condenar os opressores, é preciso acabar com a opressão em si.

Do fervente caldeirão das Américas emergiu mais uma civilização, à sofrida maneira de tantas outras. A propósito escreve Ernesto Sábato, grande defensor dos direitos humanos contra as ditaduras argentinas, com realismo bastante para evocar e invocar o

...comovedor destino deste idioma (castelhano), que conta mil anos, e também revelador do mistério da Conquista. Porque, se fosse apenas verdade o que conta a infausta lenda, os descendentes das raças subjugadas deveriam hoje manifestar sua repulsa (ao próprio idioma). E tal não acontece. Dois dos maiores poetas (hispano-americanos) de nosso tempo, Rubén Darío e César Vallejo (um nicaraguense, o outro peruano), ambos com sangue índio nas veias não só escreveram na língua dos conquistadores, como imortalizaram a Espanha em poemas memoráveis. Esta é a prova expressa que a Conquista foi algo infinitamente mais complexo que o propagado pela lenda: foi um vastíssimo fenômeno que, em meio milênio, conferiu a unidade espiritual a umas vinte nações diferentes. Quantos outros impérios produziram semelhante prodígio?

Nem os incas, nem os astecas, conseguiram unificar a América. Subjugaram povos aos quais não integraram, quando não os escravizavam. Suas línguas permaneceram circunscritas. Se a irradiação não dá felicidade, muito menos o isolamento. No caso brasileiro, o equilíbrio entre os indígenas nunca passou do equilíbrio de guerras tribais sem a vitória de nenhuma hegemonia o que também não significava o término da luta infundável.

A miscigenação, na América Latina uma intensa mistura de raças e culturas, já vinha da fusão de celtas, visigodos, romanos, árabes e judeus na península ibérica, formando os portugueses e os espanhóis. Preparando a mistura de brancos e índios nos caboclos, afros e brancos nos mulatos, índios e afros nos cafuzos. Gilberto Freyre mostra-o muito bem em *Casa Grande & Senzala*. E o escritor mexicano Leopoldo Zea acrescenta que esta nova fisionomia mestiça, ao longo de séculos ainda inconclusa, leva-nos a problemas de identidade também política: devemos preferir modelos da Europa ou dos Estados Unidos? Ou sermos nós mesmos, mas de que modo? Na verdade a História obriga-nos, cada vez mais, a recriar e produzir nossa própria civilização cultural, política, científica e tecnológica, fiel às raízes nativas mais as transplantadas. Tornou-se impossível redividir-nos, mesmo nos dilacerando. Bolívar tem razão ao dizer que deixamos de ser ameríndios, europeus e africanos; somos um novo gênero humano.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, mostra como a primeira sociedade, a litorânea, preparou o ladrilhador do mosaico das várias partes interioranas pelo bandeirismo. Mais predatório que construtivo segundo Viana Moog em *bandeirantes e Pioneiros*, uma comparação entre a colonização do Brasil e a dos Estados Unidos. Explicação complementada por Raymundo Faoro em *Os Donos do Poder (Formação do Patronato Político Brasileiro)*: é que herdamos uma sociedade patrimonial, não contratual como a estadunidense; isto é, uma sociedade dominada pelo Estado apossado por grandes proprietários feudais na península ibérica, tornados semif feudais nas Américas Portuguesa e Espanhola onde assim o privado veio a predominar sobre o público.

Cabe a nós, ibero-latino-americanos, prosseguirmos a construção das nossas novas nações, a partir do fermento europeu, que nos legou idiomas e técnicas, regadas pelo suor dos brancos, ainda mais dos índios e afros.

Nas Américas localizam-se alguns dos maiores países do mundo em território e população: Canadá, Brasil, Estados Unidos, Argentina e México, estando os menores em processo de integração entre si e com os grandes. Outras civilizações encontram-se em sofrida gestação na América Latina. Suas dores são as dores de um gigantesco parto de jovens nações.

O Realismo de Engels

Foi Friedrich Engels o maior amigo de Karl Marx, quem apontou, no seu livro *Anti-Dühring*, as “quantas frases melodramáticas, derramando uma torrente de indignação moral contra semelhante ignomínia”, por parte dos sentimentais diante da escravidão, sem levarem em conta suas circunstâncias.

Concluindo: “Desgraçadamente nada se consegue com isso, a não ser proclamar o que todo mundo sabe: que essa instituição (a escravidão) dos tempos antigos já não se ajustam à nossa época.” Mas “foi a escravidão que tornou possível a divisão do trabalho, em larga escala, entre a agricultura e a indústria, e foi graças a ela que pôde florescer o Mundo Antigo, o helenismo.” “E sem as bases do helenismo e do Império Romano não se teria chegado a formar a Moderna Europa.” Muito menos o Novo Mundo das Américas.

E, prossegue o próprio Engels, “por mais paradoxal e mais herético que possa parecer, não temos outro remédio senão dizer que a implantação da escravidão representou, nas circunstâncias em que ocorreu, um grande progresso.” Não só econômico, também humano, pois os prisioneiros de

guerra – donde provinha a maior parte dos escravos na Ásia, Europa e entre os astecas – eram mortos, cegados seus olhos ou cortado um dos pés, se não aceitassem a escravização. É que, antes da Revolução Industrial, o escravo fazia as vezes de máquina. Foi a Revolução Industrial que o tornou supérfluo, ao passar a render menos que a mão-de-obra livre e equipada.

Clamar contra a escravidão, condenável em si mesma porque um ser humano não pode ser coisa, propriedade de ninguém, significa algo muito diferente de ignorar as circunstâncias, depois superadas, em que a escravização surgiu. Pior ainda, querer, por exotismo ou saudosismo, a substituição do português por tupi-guarani, ou do espanhol pelo nahuatl dos astecas e quéchua e aimará dos incas. No máximo, o que se consegue é um parcial paralelismo das línguas, no Paraguai, por exemplo, em relação ao guarani, mesmo assim predominando o espanhol, idioma internacional tanto quanto o português. O mesmo se diga das tentativas com suaíle entre os afros dos Estados Unidos em relação ao inglês, ademais de ser aquela outra língua usada apenas no centro da África Oriental, não estando, portanto, na origem da maioria dos negros levados como escravos também para a América do Norte.